SKÉPSIS, ISSN 1981-4194, ANO VIII, Nº 16, 2017, p. 8-14.

A RELATIVIDADE DO CETICISMO

Paul K. Moser
(Loyola University of Chicago)
E-mail: pmoser@luc.edu

Tradução: Jefferson dos Santos Marcondes Leite
(IFPA, *campus* Breves)
E-mail: kingdoomanathema@yahoo.com.br

Revisão: Israel Vilas Bôas
(UNIFESP)
E-mail: chrysotile@gmail.com

Céticos pirrônicos opõem dogmatismo positivo e negativo. Eles sustentam que (a), tanto quanto sabemos, não sabemos nada, e (b), tanto quanto sabemos, nós sabemos muitas coisas, inclusive coisas sobre o mundo exterior. No entanto, qual é o estatuto epistêmico de (a) e de (b)? Em particular, o que os céticos pirrônicos afirmam a respeito do estatuto epistêmico de (a)? Eles afirmam *saber* que (a) é verdade? Se sim, eles afirmam que (c) sabemos algo a respeito do nosso conhecimento (isto é, (a)) e que (a), tanto quanto sabemos, não sabemos nada. Essa afirmação seria pragmaticamente estranha, na melhor das hipóteses. Talvez, mantendo o agnosticismo geral, os céticos pirrônicos renunciarão ao conhecimento de que (a) é verdade? No entanto, o que eles deveriam afirmar sobre o estatuto epistêmico de (a)? De maneira específica, é epistemicamente obrigatório que todos os epistemólogos sejam céticos pirrônicos? Se o for, quais considerações epistêmicas tornam o ceticismo pirrônico universalmente obrigatório? Vamos examinar esses assuntos em conexão com as *Reflexões pirrônicas sobre o conhecimento e a justificação* de Robert Fogelin.

Com respeito à tese (a), Fogelin comenta: "O pirrônico está satisfeito em salientar que certas possibilidades radicais mostram que, tanto quanto sabemos, *não* sabemos nada. Tendo informado aos outros sobre essas possibilidades radicais e as consequências que se seguem delas, ele então desafia os outros a justificar o seu uso continuado de afirmações de conhecimento." (p. 66). Note o uso de Fogelin de "mostram". Ficamos nos

Texto originalmente publicado em *Philosophy and Phenomenological Research*, 1997, 57(2): 401-406.
Agradecemos ao editor Ernest Sosa, à *Philosophy and Phenomenological Research* e à John Wiley & Sons por permitirem a publicação desta tradução.
Copyright © 1997 Philosophy and Phenomenological Research, LLC. Todos os direitos são reservados.

perguntando se isso visa a sustentar a afirmação de saber que (a). Em todo caso, as "possibilidades radicais" centrais para o pirronismo são as "possibilidades revogadoras remotas". Fogelin explica:

> Normalmente, ignoramos essas possibilidades [revogadoras remotas], mas se nos demorarmos nelas, nosso nível de escrutínio subirá e não estaremos dispostos a afirmar que sabemos muitas coisas que geralmente aceitamos como itens de conhecimento. Por exemplo, eu sei meu próprio nome? Esse me parece um conhecimento seguro que tenho. Mas talvez, devido a uma confusão, fui trocado no hospital. Na verdade, sou Herbert Ortcutt e a pessoa chamada de "Ortcutt" é, na verdade, RJF. Essas coisas, afinal, realmente acontecem. Dada essa possibilidade, eu sei o meu nome? Estou inclinado a dizer que não. (p. 93)

Refletir sobre essas possibilidades remotas frequentemente eleva o nosso "nível de escrutínio" e irá, dessa forma, de acordo com Fogelin, "nos levar a retirar compromissos epistêmicos de maneira global" (p. 94).

Fogelin não está fazendo apenas uma observação psicológica. Ele não está afirmando somente que, uma vez que elevamos nosso nível de escrutínio devido à consideração das possibilidades revogadoras remotas, estaremos inclinados psicologicamente a "retirar compromissos epistêmicos de maneira global". Ao contrário, ele endossa uma afirmação avaliativa a respeito de nossas práticas epistêmicas comuns: "a reflexão sobre nossas práticas epistêmicas comuns revela sua fragilidade e, quando pedimos ajuda aos epistemólogos, ficamos decepcionados" (p. 193). A "fragilidade" de nossas práticas epistêmicas, em relação aos desafios pirrônicos oriundos das possibilidades revogadoras e do problema do regresso de Agripa, é um defeito epistêmico sério de acordo com Fogelin. Evidentemente, de acordo com o pirronismo de Fogelin, é um defeito tão sério que, pelo menos em relação aos epistemólogos, esse *deveria* "nos levar a retirar compromissos epistêmicos de maneira global".

Fogelin caracteriza o que "nós" queremos dizer com a palavra "saber" da seguinte maneira: "'*S* sabe que *p*' significa '*S* justificadamente crê que *p* por razões que estabelecem a verdade de *p*'" (p. 94). Ele oferece isso como uma "afirmação factual" e a suplementa com o seguinte princípio: "*S* sabe que *p* se, e somente se, *S* justificadamente veio a crer que *p* por razões que estabeleçam a verdade de *p*." (p. 97). O último princípio, não comprovado no livro de Fogelin, é, na verdade, falso. Esse negligencia a distinção entre as razões pelas quais a crença *se origina* e as razões que *sustentam* a crença. Sua crença de que Manhattan é superpopulosa, por exemplo, poderia agora se basear em razões

epistemicamente impecáveis, mesmo que você tenha chegado a essa crença inicialmente com base em razões epistemicamente frágeis. Nesse caso, você poderia agora saber que Manhattan é superpopulosa, apesar de a razão original ser epistemicamente deficiente. Portanto, o princípio de Fogelin é falso, por ser muito exigente.

O princípio também é muito fraco. Suponha que você veio a crer que Manhattan é superpopulosa com base em razões epistemicamente excelentes, mas que, tendo se esquecido daquelas razões iniciais, você agora tem razões epistemicamente magras para a crença. Claramente, agora você não tem conhecimento de que Manhattan é superpopulosa. O seu conhecimento de um momento é determinado (em parte) pelas suas razões *naquele momento*; não é necessariamente determinado (mesmo em parte) pelas razões pelas quais você "veio a crer" na proposição conhecida. As razões originais para uma crença são comumente suscetíveis à mudança e o conhecimento é caracteristicamente sensível a uma mudança nas razões.

Em relação aos princípios acima mencionados que caracterizam o conhecimento, Fogelin declara: "Afirmo não estar fazendo nada exceto descrever o que queremos dizer quando afirmamos saber alguma coisa e (seguindo Wittgenstein) também descrever os critérios que usamos ao empregar essas afirmações" (p. 98). Essa afirmação é dúbia. Ela supõe sem argumento que os humanos operam com uma noção única e comum de conhecimento quando afirmam saber alguma coisa. Essa suposição é uma afirmação empírica (ou uma "afirmação factual", como diz Fogelin) e nossas provas empíricas disponíveis não a sustentam. Estudantes universitários em cursos sobre epistemologia, por exemplo, frequentemente usam noções de conhecimento díspares ao afirmarem saber alguma coisa e podemos confirmar esse fato. É claro, podemos conduzir alguns estudantes a adotar uma noção de conhecimento nova para fins de avaliação epistêmica, mas isso é irrelevante para a ideia defendida aqui.

Do mesmo modo, os epistemólogos profissionais não compartilham de uma noção única e comum de conhecimento no nível de especificidade sugerido por Fogelin e isso também pode ser confirmado. Contraste, por exemplo, o conceito naturalista de conhecimento proposto por W. V. Quine e o conceito deontológico oferecido por Roderick Chisholm. Na melhor das hipóteses, é duvidoso que eles estejam lidando com o mesmo conceito (específico) de conhecimento, embora cada um deles seja capaz de compreender o conceito oferecido pelo outro e mesmo que usem algum conceito de conhecimento comum muito geral e vago. (A respeito das implicações epistemologicamente importantes dessa consideração muito negligenciada sobre disparidade conceitual, ver Moser, *Philosophy after Objectivity* (Oxford University Press,

1993)). Fogelin nos deve provas empíricas concretas para seu monismo conceitual implícito sobre conceitos epistêmicos, ao menos com respeito à sua definição da palavra "saber". A defesa do pluralismo conceitual, acerca de conceitos epistêmicos em qualquer nível de especificidade, é muito mais fácil de se fazer. De fato, Fogelin parece deixar espaço para a variação conceitual em suas últimas discussões (p. ex., p. 199), mas não é claro como essa combina com sua definição "factual" proposta de "saber".

Fogelin não considera de maneira adequada as implicações epistemológicas do pluralismo conceitual a respeito dos conceitos epistêmicos. Consequentemente, a meu ver, o seu tratamento do ceticismo fica deficiente. Como Fogelin aparentemente reconhece, uma pessoa pode usar, mesmo depois de amplo escrutínio, conceitos epistêmicos que não exigem a eliminação de possibilidades remotas que motivam os céticos pirrônicos. Nesse caso, os desafios pirrônicos subjacentes ao ceticismo de Fogelin serão, ao menos para a pessoa em questão, inapropriados e irrelevantes. Seguindo Wittgenstein, Fogelin reconhece que ordinariamente usamos termos epistêmicos de uma maneira que não elimina algumas possibilidades revogadoras (p. 94, 197-200). Ainda assim, esse fato do uso ordinário, de acordo com Fogelin, não produz um argumento contra o ceticismo.

Fogelin raciocina da seguinte forma:

> Voltando ao exemplo de Dretske [...] da mula pintada, é natural dizer que, ao identificar um animal como uma zebra, quer-se dizer uma zebra em vez de, digamos, um antílope, e não uma zebra em vez de, digamos, uma mula pintada. Há um sentido perfeitamente bom de "quer-se dizer" no qual isso é correto. Ao identificar o animal como uma zebra, não era minha *intenção* descartar a possibilidade de que fosse uma mula pintada. Contudo, se minha afirmação for verdadeira, então essa possibilidade remota é descartada. A mesma ideia vale contra Wittgenstein. Se o que ele diz é que ignorar ou pôr entre parênteses as possibilidades remotas é parte do que se quer dizer com afirmações de conhecimento das coisas, então ele está correto por um lado e errado por outro. Ao fazer afirmações de conhecimento cotidianas, não finjo ter eliminado todos os revogadores. Muitos desses possíveis revogadores são simplesmente deixados de lado, ignorados ou postos entre parênteses. Mas, se uma dessas possibilidades remotas postas entre parênteses for percebida ou tiver grandes chances de ser percebida, isso afeta *diretamente* minha afirmação de conhecimento. (p. 199)

Fogelin acrescenta que, uma vez que fazemos de nossos processos justificativos ordinários objetos de escrutínio, percebemos sua "fragilidade". Em particular, esses processos convidam, com base no escrutínio, uma acusação pirrônica problemática como a circularidade, a arbitrariedade, a relatividade ou o regresso ao infinito (cf. p. 116-21, 193-95). (A acusação pirrônica relevante pode ser realçada em conexão com o problema do regresso ao infinito de Agripa). O problema em mãos, exposto em linhas gerais, é que "nossas atividades cognitivas dependem de pressupormos coisas que, em qualquer momento, podem nos decepcionar ou se tornar genuínos objetos de dúvida" (p. 200). Subir nosso nível de escrutínio revelará exatamente quando nossas atividades cognitivas nos decepcionam.

A fala de Fogelin sobre "fragilidade" e "dúvida" supõe um padrão epistêmico pirrônico (presente no problema do regresso epistêmico de Agripa) que pode ser irrelevante dados os termos epistêmicos não pirrônicos que uma pessoa emprega. Se o padrão de Fogelin é irrelevante desse modo, suas preocupações céticas não seriam convincentes para a pessoa em questão, mesmo após profundo escrutínio. Do ponto de vista dos conceitos e padrões epistêmicos não pirrônicos daquela pessoa, as preocupações pirrônicas de Fogelin não produzirão razões convincentes a favor do ceticismo. Se você é essa pessoa, você poderia considerar as preocupações de Fogelin muito inteligíveis dada a sua perspectiva conceitual pirrônica. Contudo, você não adota essa perspectiva e, do ponto de vista dos seus próprios conceitos epistêmicos, você está razoavelmente livre, mesmo após profundo escrutínio, das preocupações de Fogelin sobre "fragilidade" e "dúvida".

Não devemos presumir que encontramos um argumento linguístico que não comete petição de princípio contra a verdade do ceticismo. Ao contrário, identificamos uma implicação amplamente negligenciada do pluralismo conceitual para uma limitação nas preocupações céticas pirrônicas. Dado o tipo de pluralismo conceitual que acabo de sugerir, essas preocupações céticas carecem de universalidade e, consequentemente, alguém que careça das dúvidas céticas não é, desse modo, insensato, dado o ponto de vista dos conceitos e padrões epistêmicos não pirrônicos empregados.

Um pirrônico poderia objetar que todos os conhecedores têm de reconhecer e honrar as preocupações pirrônicas devidas às condições para o conhecimento. Fogelin oferece uma base para essa objeção: "Nossas afirmações de conhecimento têm um componente objetivo. Embora sejam sempre feitas de dentro de estruturas restritas, afirmações de conhecimento não são relativizadas a essas estruturas" (p. 203). Baseado nisso, um pirrônico poderia argumentar que, uma vez que seu conhecimento de que (i)

algo é uma zebra implica que (ii) esse algo não é uma mula pintada, seu conhecimento de que (i) exige que você esteja em posição de eliminar a possibilidade revogadora remota de que (ii) é falsa. O problema com o último argumento não é a sua premissa, mas antes a sua inferência. A inferência está incorreta do ponto de vista dos vários conceitos e padrões epistêmicos não pirrônicos. O pirrônico em questão deve mostrar que essa inferência vale universalmente, ao menos se ele oferece seu ceticismo sem limitação. Essa é uma tarefa difícil, dado o pluralismo conceitual. Além disso, tanto quanto os pirrônicos supostamente sabem, alguns conceitos e padrões epistêmicos não pirrônicos poderiam ser altamente efetivos, até maximamente efetivos, para adquirir a verdade e evitar o erro.

Alguns conceitos epistêmicos, dado o pluralismo conceitual, não sustentam as inferências chaves sustentadas pelos conceitos e padrões pirrônicos. Consequentemente, um pirrônico dificilmente apresentará razões convincentes para dúvidas céticas, da perspectiva daqueles que lidam com conceitos e critérios não pirrônicos (mesmo depois de profundo escrutínio). O fato de que nossas afirmações de conhecimento têm um componente objetivo não desafia esse ponto, pois o ponto central agora diz respeito ao *estatuto epistêmico apropriado* mais do que à objetividade da verdade. Mesmo dada a objetividade da verdade, o pluralismo conceitual reconhece a variação em conceitos e em padrões para o estatuto epistêmico apropriado. E alguns conceitos epistêmicos não pirrônicos não proíbem as alegadas "fragilidades" (por ex., circularidade epistêmica) recusadas pelo pirronismo. Tal variação excluirá o uso sem petição de princípio de qualquer recomendação categórica de ceticismo, exigindo, assim, o reconhecimento de um tipo de relatividade epistêmica em qualquer recomendação do pirronismo.

Em suma, então, uma tarefa fundamental para Fogelin e outros pirrônicos é explicar por que mesmo não pirrônicos, que lidam com conceitos e padrões epistêmicos não pirrônicos, mesmo depois de profundo escrutínio, deve compartilhar dúvidas pirrônicas. Em outras palavras, por que não pirrônicos deveriam adotar conceitos ou padrões epistêmicos que produzem as preocupações pirrônicas? O "nível de escrutínio" que gera as preocupações pirrônicas parece opcional ou não obrigatório, dado vários conceitos e padrões epistêmicos não pirrônicos. Uma vez que reconhecemos o pluralismo sobre conceitos epistêmicas, devemos considerar essa limitação sobre as preocupações céticas pirrônicas. Essas preocupações céticas evidentemente enfrentam um tipo de relatividade que impede que elas sejam epistemicamente exigidas por todos os pontos de vista conceituais. Para aqueles com a desconfiança quineana a respeito de conceitos ou noções, poderíamos pôr o problema da relatividade para o ceticismo em termos de

variação de padrões epistêmicos. A essência do problema permanece a mesma e resiste a uma solução fácil a favor do ceticismo.

A lúcida defesa de Fogelin a favor do pirronismo é convincente, mas somente em relação a padrões epistêmicos pirrônicos prévios. Pessoas livres dos critérios pirrônicos poderiam plausivelmente exigir razões convincentes e sem petição de princípio para qualquer recomendação de que suas crenças sejam reguladas por algum tipo de escrutínio que convida o pirronismo. Dado seu ponto de vista conceitual não pirrônico, essas pessoas poderiam não ver nenhuma força persuasiva nas preocupações pirrônicas, mesmo depois de profundo escrutínio. Elas poderiam até considerar a recomendação pirrônica de "retirar compromissos epistêmicos de maneira global" uma petição de princípio e, assim, violando os critérios epistêmicos pirrônicos. A relatividade do pirronismo a padrões epistêmicos prévios impede toda generalização universal fácil das preocupações céticas centrais. O pluralismo sobre conceitos epistêmicos ressalta essa importante lição, amplamente negligenciada.

Alguns pirrônicos sugeriram que seu ceticismo não se apoia em conceitos ou padrões epistêmicos especiais, mas emerge somente no interior de vários sistemas não pirrônicos de conceitos e padrões epistêmicos. Parte da sugestão, aparentemente favorecida por Fogelin, é que fazer um escrutínio de certo tipo em nossos processos epistêmicos ordinários, acoplado aos nossos critérios e padrões epistêmicos ordinários, revela sua fragilidade epistêmica. A sugestão principal aqui precisa, é claro, de muita argumentação, pelo menos, está longe de ser óbvia. De fato, qualquer nível de escrutínio favorecendo o pirronismo evidentemente exigirá alguns padrões epistêmicos especiais, uma vez que vários conceitos e padrões epistêmicos não pirrônicos não são hostis àqueles traços tomados pelos pirrônicos para constituir a fragilidade epistêmica. É questionável, então, se os pirrônicos podem fazer isso sem padrões epistêmicos especiais. Se, no entanto, eles necessitam de tais padrões, sua defesa do ceticismo não será convincente e até será uma petição de princípio do ponto de vista epistêmico de muitas pessoas.

Não temos, no fim das contas, nenhuma refutação do ceticismo que não seja uma petição de principio. Igualmente, faltam-nos razões que não cometam petição de princípio para pensar que as afirmações de conhecimento das pessoas, inclusive as de todos os epistemólogos, devem ser guiadas por preocupações pirrônicas. Em particular, não temos nenhuma razão que não cometa petição de princípio para afirmarmos que (a), tanto quanto sabemos, não sabemos coisa alguma. A esse respeito, resta-nos a relatividade do ceticismo pirrônico, mesmo após profundo escrutínio.